



Em reunião no apartamento de Covas, representantes de todos os grupos praticamente definiram os direitos do trabalhador

Grupos aceitam emenda e votam estabilidade logo

A emenda do deputado Ronaldo César Coelho (PMDB-RJ), que consagra o princípio da indenização compensatória nos casos das demissões arbitrárias, está praticamente aceita pelos principais grupos na Constituinte como o Centrão e a corrente do líder do PMDB, senador Mário Covas (SP). Assim, a questão da estabilidade no emprego deverá ser votada, em plenário, ainda na próxima semana.



Os principais grupos na Constituinte (Centrão, Centrinho e Grupo dos 32) reuniram-se, ontem à tarde, no apartamento do senador Mário Covas para discutir todo o capítulo dos Direitos Sociais. Ao final do encontro, foi

definido acordo sobre a maioria dos 30 pontos relativos aos direitos dos trabalhadores.

Quanto à estabilidade, a fórmula alternativa apresentada pelo deputado Ronaldo César Coelho foi a que mais aproximou todos os grupos presentes. A proposta sofreu duas pequenas modificações e é a seguinte: "A relação de emprego (fica) garantida contra a despedida arbitrária ou sem justa causa, regulada em lei complementar, que assegurará indenização compensatória, sem prejuízo de outros direitos".

Inicialmente, o texto trazia a palavra protegida no lugar de garantida. A modificação foi solicitada pelo presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, durante almoço na casa do ministro Renato Archer, da Previdência, que reuniu os constituintes encarregados de negociar a questão da estabilidade no emprego.

Pelo lado do grupo de Mário Covas, o seu vice-líder, deputado Antônio Brito (PMDB-RS), acredita que com a emenda Ronaldo César Coelho "a gente nunca esteve tão perto de chegar a um acordo sobre a estabilidade". O deputado José Geraldo (PMDB-MG) entende que os grupos encontram "o espírito" do entendimento.

Enquanto os grupos estavam reunidos, o presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) Mário Amato, ligou para o líder do PMDB para informar que aceitava a proposta de Ronaldo César Coelho. O mesmo aconteceu com o presidente do sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, Antônio Medeiros, que até então vinha defendendo as propostas do Centrão. A emenda do deputado fluminense não garante a estabilidade no emprego mas impede que as empresas promovam a rotatividade da mão-de-obra, através das demissões coletivas.

Cassação dos faltosos tem 108 adesões

Dos 262 parlamentares que estavam na sessão de ontem, da Assembleia Nacional Constituinte, 108 assinaram um projeto de resolução, que o deputado Paulo Delgado (PT-MG) entregou à Mesa, estabelecendo que perderá o mandato, automaticamente, qualquer parlamentar que não comparecer, sem motivo justo, a cinco sessões e que deixarão de receber seus subsídios aqueles que faltarem a três sessões em um mesmo mês.

Diante de mais uma sessão sem quórum suficiente para prosseguir as votações em plenário, o presidente da Assembleia, Ulysses Guimarães, ouviu os protestos dos presentes, mas não tomou nenhuma posição, limitando-se a confirmar as sessões de hoje e amanhã, às 9h00, marcadas desde antes do Carnaval, na esperança de que haja quórum.

Os protestos tomaram conta da maior parte da sessão da tarde e ressaltaram o desgaste da Assembleia diante da opinião pública em função da ausência da maioria dos parlamentares.

Procura-se

O deputado Cunha Bueno (PD-SP) insistiu junto a Ulysses para - que - determinasse - a publicação, no Diário da Constituinte, dos nomes dos faltosos e mandasse imprimir cartazes onde fosse anunciado: «Procura-se os seguintes parlamentares, que não têm cumprido com o seu dever».

Já o pernambucano Maurílio Ferreira Lima (PMDB-PE), através da Rádio Jornal do Comércio de Recife, pediu à população que se alguém encontrasse um deputado ou senador nas ruas da cidade, o mandasse trabalhar: «Lugar de constituinte é em Brasília».

Além da falta de quórum, os constituintes também estão preocupados com o tempo gasto com os discursos do pinga-fogo e na comunicação das lideranças. Ontem, por volta de 2h50 os pronunciamentos tomaram conta da sessão, levando o deputado José Serra (PMDB-SP) a sugerir a Ulysses Guimarães que reserve a parte da manhã para sessões com esse objetivo, «pois do jeito que está apenas um terço das sessões da Constituinte, quando tem quórum, é aproveitado para as votações».

Para o deputado Francisco Dornelles (PFL-RJ) se as sessões «continuarem assim, a Constituinte levará 400 dias para votar todo o projeto constitucional».

Centrão usa Ulysses nos seus cartazes

Recife - Mesmo sem ter assinado o documento de adesão ao Centrão o presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, amanheceu, ontem, em mais de 300 out-doors espalhados pelas capitais do Nordeste, condenando a CUT pela utilização de cartazes denunciando os deputados que integram o Centrão. No mesmo out-door o Centrão se auto-proclama defensor da democracia e contra os radicalismos.

Os out-doors do Centrão foram colocados em todas as capitais do Nordeste pela empresa de propaganda de Pernambuco, Bandeirantes, que fez um contrato com a empresa de publicidade de São Paulo Alcântara Machado encarregada de divulgar a propaganda em todo o Brasil.

Senador vê na intermediação ponto central

O relator da CPI do Senado sobre episódios de corrupção no Poder Executivo, senador Carlos Chiarelli, do PFL, confirmou ontem que a partir da próxima reunião da comissão, dia 23, as investigações serão centralizadas na questão da intermediação de recursos oriundos da Splan e no destino das verbas dos diversos fundos, com ênfase nas aplicações a fundo perdido.

Chiarelli sustentou que, a partir das informações obtidas pela CPI nestas investigações, sua atividade poderá se estender a outros setores, mas considerou prematura a definição de episódios estancos a serem investigados, para não alargar, de maneira excessiva, o seu universo de atuação.

O relator da CPI lembrou que já na próxima reunião sua assessoria terá levantado as CPI do Senado e Câmara concluídas ou em andamento e o noticiário de imprensa relativo à corrupção ao longo dos últimos dois anos. A partir daí, a CPI terá elementos para decidir acerca dos caminhos que tomará. Pessoalmente, ele é de opinião que os integrantes da CPI (além do presidente e relator, há outros nove senadores) poderiam funcionar como sub-relatores de matérias específicas, submetendo-as, posteriormente, ao plenário da comissão.

Em Salvador, um dos integrantes da CPI da corrupção, o senador Jutahy Magalhães (PMDB-BA), considerou «apenas chantagem do mais baixo nível» a informação de que existe um dossiê - elaborado pelo Palácio do Planalto - com nomes de parlamentares que receberam ajuda financeira ilegal, durante a última campanha eleitoral, e que seria usado para pressionar os membros da CPI.

«Fatos como esses só fazem aumentar a nossa disposição de demonstrar que o Congresso brasileiro e o Senado estão preparados para apurar as denúncias de corrupção e, se for o caso, comprovar atos que condenem o Executivo» - garantiu Jutahy, em Salvador, antes de embarcar para Brasília.

Para Collor, Ivan é entulho autoritário

Arquivo 18/2/88

O governador de Alagoas, Fernando Collor de Mello, classificou ontem o ministro-chefe do SNI, Ivan de Souza Mendes, como «até agora irremovível e até obscuro entulho autoritário». A declaração consta de nota oficial distribuída em Brasília, em resposta às colocações do Governo após a tentativa de Fernando Collor ser recebido, em audiência, pelo chefe do SNI e ter protocolado, no Palácio do Planalto, uma interpelação sobre a existência de um dossiê com denúncias contra sua administração.

Collor afirma que a manifestação do Planalto é «uma demonstração de intolerância e autoritarismo que se confunde com o temor de um chefe de repartição que no passado inspirou sentimento de pavor e revolta na sociedade civil brasileira, mercê das abomináveis causas a que se dedicou, na ditadura, e a que se dedica, como deplorável, até agora, irremovível e até obscuro entulho autoritário».

Segundo o governador alagoano, ainda indignado «com os expedientes tão ao gosto do SNI», a nota do Palácio do Planalto é, no mínimo, «uma confissão de culpa» e reiterou a sua disposição de recorrer à Justiça na defesa dos seus interesses e da cidadania.

Servidor

Collor de Mello considera o chefe do SNI, apesar do status, um servidor público, pago pelo contribuinte e obrigado, pela Constituição, a prestar esclarecimentos

No Sul, críticas ao Governo

Porto Alegre - O governador de Alagoas, Fernando Collor de Mello, disse ontem que o governo do presidente José Sarney está desestabilizado «há muito tempo pela incompetência, pela falta de legitimidade e pela falta de autoridade». Collor falou ao programa «Agora», da Rádio Guaíba, esclarecendo não ter a menor dúvida de que o povo brasileiro entende e percebe que o Governo está se decompondo.

«Este Governo, pelas práticas que vem colocando em ação, envergonha a todos nós brasileiros. Nunca assistimos a tantas denúncias de corrupção, tantos desatinos sendo cometidos como agora, nesta chamada Nova República», disse o governador.



Governador vai à Justiça

a qualquer cidadão brasileiro. Frisa a nota que a interpelação ao general Ivan Mendes é baseada em preceito legal e que o Palácio do Planalto desnudando seu inteiro desprezo autoritário por matéria de cunho constitucional, alega existência de lei ordinária para proteger as obscuras atividades do SNI».

O governador esclarece que não conseguiu a confirmação da audiência com o general Ivan de Souza Mendes, apesar do gabinete do ministro ter garantido o encontro - num primeiro momento e voltado atrás depois de sua reação na imprensa, contra o conteúdo do dossiê.

Collor de Mello também negou legitimidade às críticas que o Presidente da República fez à Assembleia Nacional Constituinte. «Ele não pode e não deve fazê-las». Para ele, a Constituinte é o único poder legalmente constituído no País.

Certo de que haverá eleições presidenciais ainda este ano, Fernando Collor de Mello aproveitou o programa para lançar sua candidatura entre os gaúchos.